

ACORDO COMPLEMENTAR AO AE CTT 2015

No dia 09 de fevereiro de 2015, é celebrado o seguinte Acordo Complementar ao Acordo de Empresa, nesta data outorgado entre os CTT – Correios de Portugal, S.A. e as associações sindicais abaixo identificadas e signatárias:

1. Aos trabalhadores que por força do disposto na cláusula 55ª (“Período normal de trabalho”) passem a ter um período normal de trabalho semanal de 39 horas, e que no dia imediatamente anterior à data de entrada em vigor do AE observavam um período normal de trabalho semanal de duração inferior, em regime de horário flexível, são concedidos os seguintes benefícios:
 - a) Os trabalhadores que tenham a seu cargo filho com idade inferior a 12 anos, podem, a seu pedido, em lugar de observarem um intervalo de descanso entre uma e duas horas, observarem um intervalo de descanso de 45 minutos;
 - b) Sem prejuízo do cumprimento dos períodos de permanência obrigatória e dos períodos mínimos diários de prestação de trabalho, o apuramento do cumprimento do período normal de trabalho deixará de ser efectuado semanalmente, passando a ser realizado segundo uma base mensal.
2. As partes acordam a eliminação do subsídio de pequeno almoço que estava previsto na cláusula 83ª do AE CTT 2013.
3. Aos trabalhadores que auferiram subsídio de pequeno-almoço referido no número anterior será paga uma compensação correspondente ao valor que receberiam num ano, a título de subsídio de pequeno-almoço, majorado em 50%, tendo por base a média dos valores recebidos nos últimos 36 meses, contados a partir do mês anterior ao da entrada em vigor do AE.
4. As partes acordam a eliminação do subsídio especial de pequeno-almoço que estava previsto na cláusula 84ª do AE CTT 2013.
5. Aos trabalhadores que auferiram subsídio especial de pequeno-almoço referido no número anterior será paga uma compensação correspondente ao valor que receberiam num ano, a título de subsídio especial de pequeno-almoço, majorado em 50%, tendo por base a média dos valores recebidos nos últimos 36 meses, contados a partir do mês anterior ao da entrada em vigor do AE.
6. Aos trabalhadores que realizaram trabalho entre as 20 e as 21 horas será paga uma compensação correspondente ao valor que receberiam num ano, a título de trabalho nocturno prestado entre as 20 e as 21 horas, tendo por base a média dos valores recebidos, por referência ao trabalho prestado no período atrás indicado, nos últimos 36 meses, contados a partir do mês anterior ao da entrada em vigor do AE.
7. As compensações previstas nos nºs 3, 5 e 6 serão pagas até ao final do mês seguinte ao da entrada em vigor do AE.
8. Aos trabalhadores que realizaram trabalho entre as 21 e as 22 horas será paga uma compensação correspondente ao valor que receberiam num ano, a título de trabalho nocturno prestado entre as 21 e as 22 horas, tendo por base a média dos valores recebidos, por referência ao trabalho prestado no período atrás indicado, nos últimos 36 meses, contados a partir do mês anterior ao da entrada em vigor do AE.
9. Aos trabalhadores que realizaram trabalho entre as 07 e as 08 horas será paga uma compensação correspondente ao valor que receberiam num ano, a título de trabalho nocturno prestado entre as 07 e as 08

horas, tendo por base a média dos valores recebidos, por referência ao trabalho prestado no período atrás indicado, nos últimos 36 meses, contados a partir do mês anterior ao da entrada em vigor do AE.

10. As compensações referidas nos nºs 8 e 9 serão pagas até ao final do mês de Abril de 2016.

11. Aos trabalhadores do quadro efetivo da empresa, dos graus de qualificação I a IV, que, à data de 1 de janeiro de 2015, se encontravam há pelo menos 8 anos numa posição salarial que, no regime de progressões estabelecido no AE CTT 2006, correspondia a uma categoria salarial de nomeação sem prazo de garantia, e para a qual não está prevista no AE CTT 2015 uma nova posição de referência para a progressão salarial garantida prevista na cláusula 68^a, é atribuída uma compensação no montante de €400.

Em eventuais situações de tempo parcial o valor da compensação será calculado proporcionalmente.

A compensação prevista neste número não abrange os trabalhadores em situação de acordo de suspensão de contrato de trabalho, acordo de pré-reforma ou em situação de licença sem vencimento.

A compensação atrás referida será paga até ao final do mês seguinte ao da entrada em vigor do AE CTT 2015.

12. As remunerações base mensais dos trabalhadores abrangidos pelo AE, incluindo os valores constantes dos Anexos III e IV do AE, serão aumentadas em 2%, com efeitos a 1 de Janeiro de 2015, não podendo, porém, em qualquer caso o aumento de remuneração ser inferior a €15 nem exceder o montante de €50.

Nos casos de trabalhadores a tempo parcial os limites atrás indicados são calculados proporcionalmente.

AE CTT 2015 - ALTERAÇÕES

CAPÍTULO I - Área, âmbito, vigência e revisão (...)

CLÁUSULA 2.^a - Vigência, renovação e caducidade

1. O presente Acordo de Empresa entra em vigor cinco dias após a publicação no Boletim do Trabalho e Emprego.

2. O presente AE vigora pelo prazo de 24 meses, salvo quanto às disposições de matéria salarial e pecuniária previstas nos Anexos III a V, cujo prazo de vigência é de 12 meses.

3. O AE renova-se automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, salvo o disposto no número seguinte.

4. Havendo denúncia, o AE mantém-se em regime de sobrevivência durante o período em que decorra a negociação, incluindo conciliação, mediação ou arbitragem voluntária, ou no mínimo durante 12 meses.

(...)

CLÁUSULA 6.^a - Membros da direção

1. São considerados membros da direção aqueles que, como tal, são definidos nos estatutos das associações sindicais respetivas.

2. Sem prejuízo de outros direitos consignados na lei, no presente Acordo e respetiva regulamentação, são garantidos os seguintes direitos aos membros da direção das associações sindicais:

a) Quando forem trabalhadores da Empresa têm acesso às instalações da Empresa, nelas podendo circular, sem prejuízo da normalidade da laboração e ressalvados os locais cujo acesso seja reservado a determinados trabalhadores por razões de segurança ou devido à natureza dos serviços prestados em tais locais, não podendo, neste caso, a Empresa impedir que as associações sindicais contactem os trabalhadores fora desses locais;

b) Acompanhar os processos disciplinares, conforme previsto nos regimes disciplinares aplicáveis;

c) Não poderem ser afetados nos seus direitos e garantias emergentes deste acordo, em consequência do exercício das suas funções;

d) Não podem ser transferidos sem o seu acordo, salvo nos casos de mudança total ou parcial do estabelecimento onde prestam serviço;

e) Quando trabalhadores da Empresa, e sem prejuízo do disposto na lei, nomeadamente em matéria de proteção de dados pessoais, serem informados sobre a fundamentação das decisões da Empresa relativas a concursos referentes a transferência de trabalhadores, e a alteração de categoria profissional, bem como sobre a

aplicação das regras relativas a progressão entre graus de qualificação.

3. Os membros da direção identificam-se por documento próprio passado pelas respetivas associações sindicais.

(...)

CAPÍTULO III - Direitos, deveres e garantias das partes

(...)

CLÁUSULA 17.^a - Formação profissional

1. A formação profissional consubstancia um direito e um dever quer da Empresa, quer dos trabalhadores e visa o desenvolvimento das qualificações dos trabalhadores e o incremento da produtividade e da competitividade da Empresa.

2. A Empresa deve elaborar planos de formação com base no diagnóstico das necessidades da Empresa de qualificação dos trabalhadores.

3. A Empresa obriga-se a proporcionar aos seus trabalhadores ações de formação profissional adequadas à respetiva qualificação, nos termos previstos na lei.

4. Mediante solicitação do trabalhador, a Empresa fornecer-lhe-á declaração donde conste o seu registo individual de formação.

(...)

CLÁUSULA 18.^a - Igualdade de oportunidades

1. A Empresa, tendo em vista o equilíbrio entre os dois sexos, desenvolverá políticas que visem à igualdade de oportunidades nas admissões, carreira profissional, promoções e formação profissional.

2. A Empresa desenvolverá, em colaboração com os sindicatos outorgantes do AE, políticas de ação positivas tendo em vista melhorar a situação das trabalhadoras e alargar o leque das suas funções profissionais.

3. A Empresa facultará aos sindicatos referidos no número precedente estatísticas por sexo relativamente à estrutura do emprego, estrutura salarial e acesso à formação profissional por curso.

4. Para efeitos do disposto no número 1, a Empresa tomará em especial consideração as situações relativas a trabalhadoras grávidas e a trabalhadores com filhos menores de 12 anos, com deficiência ou doença crónica.

(...)

CLÁUSULA 21.^a - Poder disciplinar

1. Todos os trabalhadores estão sujeitos ao poder disciplinar da Empresa.

2. Nos termos definidos pela lei, o regime disciplinar constante da Portaria número 348/87, de 28 de abril, aplica-se aos trabalhadores integrados no quadro permanente até 18 de maio de 1992 (inclusive).

3. Aos trabalhadores admitidos a partir do dia 19 de maio de 1992 (inclusive) aplica-se o regime disciplinar da lei comum do trabalho.

4. O previsto na presente cláusula não prejudica a aplicação de regimes legais que venham a incidir sobre a mesma matéria.

(...)

Capítulo IV - Enquadramento profissional

(...)

CLÁUSULA 27.^a - Antiguidade na Empresa e na categoria profissional (alteração sistemática, sem alteração de redação)

(...)

CLÁUSULA 31.^a - Período experimental

1. Nos contratos de trabalho por tempo indeterminado haverá, salvo estipulação expressa em contrário, um período experimental com a duração de:

a) 90 dias para os trabalhadores enquadrados nas categorias profissionais dos graus de qualificação I a III;

b) 150 dias para os trabalhadores enquadrados nas categorias profissionais do grau de qualificação IV;

c) 210 dias para os trabalhadores com a categoria de **Quadro**, graus de qualificação V a VII.

2. Para os trabalhadores contratados a termo certo, seja qual for a categoria profissional, o período experimental será de 30 dias ou de 15 dias, consoante o contrato tenha uma duração igual ou superior a 6 meses, ou inferior a 6 meses, respetivamente.

3. Durante o período experimental qualquer das partes pode rescindir o contrato de trabalho sem aviso prévio, salvo nos casos previstos na lei, e sem necessidade de invocação de qualquer motivo, não havendo direito a qualquer indemnização.

4. A duração de anteriores vínculos contratuais entre as mesmas partes, nomeadamente decorrentes de contratação a termo, será tida em conta no cômputo do período experimental, nos termos da lei, desde que o novo vínculo seja constituído antes de decorrido um período de tempo equivalente a 1/3 da duração do

contrato anterior, incluindo as renovações do mesmo.

(...)

CAPÍTULO V - Preenchimento de postos de trabalho

(...)

CAPÍTULO VI - Prestação do trabalho

(...)

SECÇÃO II - Deslocações em serviço

(...)

CLÁUSULA 43.^a - Local de trabalho – Alojamento e refeições (Eliminada)

(...)

CLÁUSULA 52.^a - Transferências por conveniência de serviço

1. Nos casos em que se visar a eliminação de excedentes de pessoal resultantes de reorganização ou extinção de serviços ou aproveitamento de trabalhadores com incapacidades parciais, a Empresa pode recorrer a transferência por conveniência de serviço nos termos dos números seguintes.

2. Havendo mais de um trabalhador da mesma categoria profissional a transferir, a seleção far-se-á de acordo com as seguintes regras:

- a) Menor tempo de colocação no serviço se se tratar de transferência dentro da mesma localidade, ou menor tempo de colocação na localidade de origem, se se tratar de transferência para fora da localidade, sendo que, em caso de igual tempo de colocação na localidade, desempata o menor tempo de colocação no serviço;
- b) Menor antiguidade na categoria profissional;
- c) Não se separar do agregado familiar;
- d) Menor antiguidade na Empresa.

3. Depois de apurados os trabalhadores a transferir de acordo com as regras fixadas no número anterior aqueles trabalhadores escolherão uma das vagas disponíveis, atendendo aos seguintes critérios, que sucessivamente se excluem:

- a) Maior antiguidade na localidade ou no serviço, conforme o critério que se tenha aplicado pela alínea a) do número anterior;
- b) Maior antiguidade na categoria profissional;
- c) Maior antiguidade na Empresa.

4. Sempre que vierem a verificar-se transferências por conveniência de serviço os trabalhadores potencialmente abrangidos

deverão ser avisados do facto com a antecedência prevista no número 2 da cláusula anterior.

5. Para efeitos do número 2 desta cláusula, os trabalhadores que se encontrem no local de origem em virtude de transferência por conveniência de serviço só serão abrangidos pelas presentes regras desde que não haja trabalhadores a transferir por esta modalidade pela primeira vez.

6. Quando a transferência por conveniência de serviço resulte de incapacidade parcial e não exista posto de trabalho vago para transferência ou reconversão na localidade, proceder-se-á à transferência para o serviço da região em que mais útil for a colocação do trabalhador.

7. Se o trabalhador não concordar com a transferência por conveniência de serviço poderá fazer cessar o contrato de trabalho, mediante comunicação escrita à Empresa, com direito a uma indemnização de acordo com a respetiva antiguidade e correspondente a um mês de retribuição por cada ano, sendo a fração calculada proporcionalmente, não podendo em qualquer caso ser inferior ao equivalente a 3 meses.

(...)

SECÇÃO IV - Duração do trabalho

CLÁUSULA 55.^a - Período normal de trabalho

1. Entende-se por período normal de trabalho o número de horas de trabalho que o trabalhador é obrigado a prestar em cada dia ou em cada semana.

2. O período normal de trabalho na Empresa é de oito horas diárias e trinta e nove horas semanais.

(...)

SECÇÃO VII - Trabalho noturno

CLÁUSULA 65.^a - Trabalho noturno

1. Considera-se trabalho noturno aquele que é prestado entre as 22 horas de um dia e as 07 horas do dia imediato, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

a) A partir da data de entrada em vigor do presente AE, o trabalho noturno é aquele que é prestado entre as 21 horas de um dia e as 08 horas do dia imediato;

b) A partir de 01 de janeiro de 2016, considera-se trabalho noturno aquele que é prestado nos termos do número 1.

2. Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, qualquer trabalhador poderá ser chamado a prestar trabalho noturno em face da necessidade dos serviços.

3. Sem prejuízo dos casos previstos na lei, os trabalhadores que atinjam 55 anos de idade poderão ser dispensados, a seu pedido, da realização de trabalho noturno.

4. Os trabalhadores que prestam serviço noturno, contínua ou alternadamente, devem ser submetidos a exame médico, repetido, pelo menos uma vez por ano, em ordem a verificar se possuem condições físicas e mentais para o executar.

(...)

CAPÍTULO VII - Retribuições, abonos e subsídios

(...)

CLÁUSULA 69.^a - Diuturnidades

1. Os trabalhadores que integrem o quadro permanente da Empresa à data de 31 de dezembro de 2009, mantêm, se for o caso, as diuturnidades que detenham, tendo direito a novas diuturnidades, por cada cinco anos de antiguidade na Empresa, até ao limite máximo, contando com as já detidas, de um total de seis diuturnidades, sendo a primeira paga em dobro.

2. Para os trabalhadores admitidos no quadro permanente da Empresa após o dia 31 de dezembro de 2009, haverá uma diuturnidade por cada cinco anos de antiguidade na Empresa, até ao limite de seis diuturnidades.

3. Para os trabalhadores admitidos no quadro permanente a partir da data de entrada em vigor do presente AE haverá uma diuturnidade por cada 10 anos de antiguidade na Empresa.

4. Para os trabalhadores referidos no número 1 considera-se relevante para efeitos de vencimento de novas diuturnidades todo o tempo decorrido desde o vencimento da última diuturnidade ou, no caso de se tratar da primeira diuturnidade, desde a data da sua admissão.

5. Para os trabalhadores referidos no número 2 considera-se relevante para efeitos de diuturnidades o tempo de vigência do contrato a termo que tenha antecedido imediatamente a sua integração no quadro permanente, mesmo que verificado antes do dia 1 de janeiro de 2010.

6. As diuturnidades vencem-se no dia em que cada trabalhador complete cada período de cinco anos na antiguidade, nos casos previstos

nos números 1 e 2, e de 10 anos, no caso previsto no número 3, todos, da presente cláusula.

7. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o montante recebido a título de diuturnidades considera-se incluído em RM para efeitos de cálculo de remuneração horária normal.

8. Os trabalhadores em regime de trabalho a tempo parcial têm direito ao pagamento por inteiro das diuturnidades vencidas à data da passagem àquele regime.

9. O montante de cada diuturnidade é o constante do número 1 do Anexo V ao presente Acordo.

CLÁUSULA 83.^a - Subsídio de pequeno-almoço (Eliminada)

CLÁUSULA 84.^a - Subsídio especial de pequeno-almoço (Eliminada)

(...)

CAPÍTULO VIII - Suspensão da prestação de trabalho

(...)

CLÁUSULA 92.^a - Faltas justificadas com retribuição

São consideradas como faltas justificadas com retribuição as como tal previstas na lei.

(...)

CLÁUSULA 95.^a - Situação de doença dos trabalhadores subscritores da CGA

1. Na situação de doença, os trabalhadores da Empresa subscritores da CGA beneficiam de um regime específico previsto nos números seguintes.

2. Os trabalhadores têm, por motivo de doença, o direito de:

a) Receberem a assistência prevista neste Acordo;

b) Salvo o disposto no número 3, receberem 100% do vencimento durante os primeiros trinta dias, 85% do 31.º ao 365.º dia, 60% do 366.º ao 1095.º dia e 37,5% do 1096.º dia em diante, até perfazerem os requisitos de aposentação, sendo que a contagem dos dias de doença para os efeitos previstos nesta alínea só será interrompida no caso de comparência ao serviço, pelo menos, durante trinta dias consecutivos, incluindo os dias de descanso semanal e feriados.

3. A aplicação do disposto na parte inicial da alínea b) do número 2, quando o trabalhador adoeça fora do território nacional, será suspensa no caso de falta de comparência do trabalhador a junta médica para a qual tenha sido convocado.

4. Os trabalhadores têm, por motivo de doença, o dever de:

- a) Comunicarem o facto pelo meio mais rápido;
- b) Cumprirem o disposto no sistema de comprovação e fiscalização que estiver em vigor;
- c) Não se ausentarem do território nacional sem autorização da Empresa;
- d) Se se encontrarem fora do território nacional, comprovarem através de documento médico, devidamente reconhecido pela entidade consular competente, a doença e a impossibilidade de regresso.

5. Para serem abrangidas pelo regime de maternidade devem as trabalhadoras, quando doentes, comunicar o facto ao serviço respetivo, a fim de beneficiarem do mesmo.

6. O disposto nesta cláusula não abrange as doenças de natureza tuberculosa, nem as que forem qualificadas como doenças profissionais ou resultantes de acidentes de serviço.

7. Quando portador de uma das doenças enunciadas no número seguinte, o trabalhador terá direito a 100% do vencimento a partir da data da confirmação da doença, desde que:

- a) A doença seja confirmada por Junta Médica da Empresa;
- b) Essa doença o incapacite para o trabalho.

8. Para efeitos do número anterior, as doenças a considerar são:

- a) Tumores malignos;
- b) Insuficiência cardíaca congestiva e insuficiência coronária insuscetível de compensação;
- c) Cirroses hepáticas descompensadas;
- d) Reumatismo crónico com anciloses ou deformações articulares importantes;
- e) Paralisias por doenças vasculares-cerebrais ou doenças do foro neurológico, quando impossibilitem a deambulação e exijam a assistência de terceiros;
- f) Doença infecciosa irreversível como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), Hepatite B não compensável, Tuberculose Evolutiva e Hemofilia;
- g) Paramiloidose.

9. Os trabalhadores abrangidos pelo regime previsto no número 7 devem apresentar-se na Junta Médica referida com a periodicidade que esta indicar.

10. O previsto na presente cláusula não prejudica a aplicação de regimes legais que venham a incidir sobre a mesma matéria.

(...)

CLÁUSULA 100.^a - Obras Sociais e Apoio Social

1. Todos os benefícios que integram o esquema de Obras Sociais dos CTT obedecem ao previsto em regulamentação própria, não podendo ser alterados sem o acordo das partes.

2. A regulamentação a que se refere o número anterior definirá o respetivo âmbito de aplicação.

3. Definir-se-ão, também, os termos e condições em que os trabalhadores não subscritores da C.G.A. serão abrangidos pelos benefícios referidos no número 1, à exceção do abono de família e prestações complementares.

4. Os trabalhadores admitidos ao serviço da Empresa após o dia 31 de dezembro de 2009, poderão beneficiar – mediante adesão individual nos termos da regulamentação própria – do esquema de obras sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por contrato individual de trabalho.

CLÁUSULA 101.^a - Aposentações, acidentes e assistência na tuberculose

1. A matéria relativa a aposentações e acidentes é regida pela legislação respetiva.

2. Os trabalhadores subscritores da CGA vítimas de acidentes em serviço ou que padeçam de doença profissional permanecem sujeitos ao regime que vigora para aqueles subscritores.

3. No caso de incapacidade temporária absoluta resultante de acidente em serviço, a Empresa garantirá ao trabalhador, enquanto durar essa incapacidade, a retribuição mensal que lhe seria devida se não tivesse sido afetado pela incapacidade.

4. Subsiste o regime dos trabalhadores referidos no número 2 quanto à assistência na tuberculose, que é aquele que se encontra estabelecido na lei geral para o funcionalismo público.

5. O previsto na presente cláusula não prejudica a aplicação de regimes legais que venham a incidir sobre a mesma matéria.

(...)

CAPÍTULO XIII - Disposições transitórias

CLÁUSULA 112.^a -Categorias residuais

As categorias profissionais constantes do Quadro 2 do Anexo I mantêm-se como residuais, com o respetivo conteúdo funcional constante do Anexo II.

(...)

CLÁUSULA 115.^a - Aumento do Período Normal de Trabalho Semanal

Em relação aos trabalhadores que no dia anterior à data de entrada em vigor do presente AE, cujo Período Normal de Trabalho (PNT) semanal, a tempo completo, era inferior a 39 horas semanais, e que por força do disposto na cláusula 55.^a passam a ter um PNT de 39 horas semanais, é concedido o seguinte benefício:

- a) No ano civil de 2015, têm direito a 4 dias úteis de dispensa do trabalho;
- b) No ano civil de 2016, têm direito a 4 dias úteis de dispensa do trabalho;
- c) À marcação e gozo dos dias de dispensa referidos nas alíneas anteriores será aplicável o regime legal de férias.

CLÁUSULA 115.^a - Reenquadramento profissional

(Eliminada, transitando o número 2 para a cláusula 112^a)

(...)

CLÁUSULA 117^a - Obras Sociais (transita para o número 4 da cláusula 100^a)

(...)

ANEXO I - (Cláusula 23.^a número 1)

Quadro 1 - Categorias profissionais e graus de qualificação

CATEGORIAS PROFISSIONAIS		GRAU DE QUALIFICAÇÃO
ESG – Empregado/a de Serviços Gerais		I
CRT – Carteiro/a		II
OAN – Operador/a Administrativo/a e de Apoio ao Neogócio		II
TNG – Técnico/a de Negócio e Gestão		III
TSR – Técnico/a Sénior		IV
QDR – Quadro	Especialista I	V
	Especialista II	VI
	Especialista Sénior	VII

(...)

ANEXO II - Objetivo e conteúdo funcional das categorias profissionais e graus de qualificação (Cláusula 23.^a número 2)

(...)

Graus de Qualificação V, VI e VII

QDR – Quadro

ANEXO III - Limites salariais de referência (Cláusula 66.^a, número 1)

Grau de Qualificação	Limite mínimo (€)	Limite máximo (€)
I	526,00	938,20
II	566,90	1.250,90
III	618,00	1.563,70
IV	689,60	1.872,70
V	886,10	1.917,50
VI	1.417,80	2.325,30
VII	2.190,00	2.753,00

(...)

ANEXO IV – Progressão salarial garantida

Quadro 1 – Cláusula 68.^a números 5 e 6

Grau de qualificação	Posição inicial	Posições de referência (€)							
		P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8
I	526,00	545,00	566,90	618,00	656,00	685,00	720,00	765,00	816,00
II	566,90	618,00	656,00	685,00	735,00	790,50	851,70	923,10	1.020,00

III	618,00	656,00	720,00	821,10	923,10	1.045,50	1.157,70	1.285,20	1.387,20
IV	689,60	790,50	923,10	1.045,50	1.157,70	1.285,20	1.387,20	1.479,00	1.575,90

Quadro 2 (cláusula 113.ª)

1	2	3	4	5	6	
Grupo profissional em 19/4/2008	"Letra" em 19/4/2008	Nova Categoria Profissional	Posição de referência inicial (€)	Próxima posição de referência (€)	Grau de Qualificação	Posição de referência seguinte no Quadro 1
CRT, MOT (residual)	E	CRT, MOT (residual)	656,00	686,30	II	P4
	F		686,30	742,60	II	P5
	G		742,60	798,00	II	P6
	H		798,00	877,50	II	P7
	I		877,50	980,70	II	P8
	J		980,70	---	II	P8
TAC	H	OAN	798,00	877,50	II	P7
	I		877,50	980,70	II	P8
TRA	I	TNG	877,50	980,70	III	P5
	J		980,70	1.108,70	III	P6
	K		1.108,70	1.241,40	III	P7
	L		1.241,40	---	III	P7
	L1		1.319,10	---	III	P8
TPG, OSI (residual), TEP (residual)	G	TNG, OSI (residual), TEP (residual)	742,60	798,00	III	P3
	H		798,00	877,50	III	P4
	I		877,50	980,70	III	P5
	J		980,70	1.108,70	III	P6
	K		1.108,70	1.241,40	III	P7
	L		1.241,40	1.319,10	III	P8
	L1		1.319,10	---	III	P8
EDC, TCF	K	TSR	1.108,70	1.241,40	IV	P5
	L		1.241,40	1.319,10	IV	P6
	L1		1.319,10	---	IV	P6
	L2		1.404,00	---	IV	P7
	M1		1.495,70	---	IV	P8
ASG, TDG (residual)	J	TSR TDG (residual)	980,70	1.108,70	IV	P4
	K		1.108,70	1.241,40	IV	P5
	L		1.241,40	1.319,10	IV	P6
	L1		1.319,10	1.404,00	IV	P7
	L2		1.404,00	1.495,70	IV	P8
	M1		1.495,70	---	IV	P8

ANEXO V - CLÁUSULAS DE EXPRESSÃO PECUNIÁRIA

1	Diuturnidades (cl.ª 69ª)	30,57 €
2	Compensação por horário descontínuo (cl.ª 74ª)	1,49 €/dia
3	Subsídio de condução (cl.ª 79ª)	
	a) Automóvel / Motociclo b) Velocípedes	2,16 €/dia 1,18 €/dia
4	Subsídio de refeição (cl.ª 81ª)	9,01 €/dia
5	Subsídio de pequeno-almoço (Eliminado)	-

ANEXO VI - TABELA DE REENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (Eliminado)

**SICOMP – AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES
SINDICALIZA-TE NO SICOMP!**

sicomp.dne@sapo.pt • www.sicomp.pt